



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público. - CPIBNDES

REQUERIMENTO N.º , DE 2015

Do Senhor Alexandre Baldy

Requer, nos termos do item 6 do Acordo de Procedimento desta CPIBNDES, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido de REQUISICÃO de informações e documentos, em inteiro teor, relacionados às operações de financiamento do BNDES, ficando desde já autorizada, caso necessário, a transferência a esta CPI-BNDES das informações protegidas por sigilo bancário.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeremos seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISICÃO DOS DADOS RELATIVOS A TODOS OS REFINANCIAMENTOS OU REPACTUAÇÕES DE CONTRATOS, período 2008/2015.

JUSTIFICATIVA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Há informações de que BNDES realiza os mais diversos procedimentos para impedir que grandes contratos sejam malsucedidos. Mesmo diante de maior risco de crédito, o banco estaria realizando refinanciamentos sucessivos a clientes com inadimplência em contratos anteriores, concedendo maior carência e maior prazo. Muitas vezes, quando o financiamento não vai bem, o banco aprova outro projeto para a mesma empresa de forma a absorver o contrato anterior e melhorar as condições oferecidas ao cliente. Grande parte dos empréstimos concedidos desde 2008 ainda estariam em período de carência devido à prorrogação do prazo fixado inicialmente.

Diante do exposto, de forma a bem realizar os trabalhos desta Comissão, solicitamos cópias dos documentos citados neste Requerimento, imprescindível para a realização de uma adequada investigação.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 2015.

ALEXANDRE BALDY
DEPUTADO FEDERAL